



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 004/2026**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2026**

**OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil para a Execução dos Serviços de Construção de uma Escola de Tempo Integral, no Município de Manoel Urbano Estado-AC, conforme Edital e seus Anexos e Convênio nº 964219/2024, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Projeto Básico, Memorial descritivo dos serviços, Cronograma físico financeiro e planilha orçamentária.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 11.755.995,64 (Onze Milhões Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **17/06/2026** às 11h (horário de Brasília)

**Retirada do Edital:** 01/06/2026 a 17/06/2026.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço global

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**LOCAL DA DISPUTA** – <https://www.comprasnet.gov.br/>

As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma.

**UASG – 980155**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Manoel Urbano

**Endereço:** Avenida Valério Caldas de Magalhães, nº 839, Bairro Centro – Cep: 69.950-000 – Cidade de Manoel Urbano Estado do Acre – Fone/Fax (68) 3611-1236 – [www.manoelurbano.ac.gov.br](http://www.manoelurbano.ac.gov.br).

**E-mail do Agente de Contratação/comissão** – [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com), [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br),

**OBSERVAÇÃO:** Os interessados poderão acessar o <https://www.comprasnet.gov.br/> e/ou <https://www.manoelurbano.ac.gov.br/>, <http://www.tce.ac.gov.br> onde o edital estará disponível ou dirigir-se no endereço acima citado.



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**1. PREÂMBULO**

**1.1** O MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE/PREFEITURA MUNICIPAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob 04.051.207/0001-46, localizada na Avenida Valério Caldas de Magalhães, nº 839 – Bairro Centro – Cep. 69.950-000 – Manoel Urbano Estado do Acre, através do Agente de Contratação, designada pelo Decreto Municipal nº 021/2026, datado de 23/03/2026, publicado no Diário do Estado do Acre – DOE nº 14.253, páginas de nºs 110/111, de 24/03/2026, composta dos seguintes: Agente de Contratação: Albertes Paiva da Silva, Apoio: Keule Gomes Lima e Bruna de souza Garcia, torna público que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, no dia 17 de junho de 2026, as 11h00min horário de Brasília nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 020/2023 de 20 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Manoel Urbano Estado do Acre e das demais legislações aplicáveis e de acordo com as condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

**2. DO OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil para a Execução dos Serviços de Construção de uma Escola de Tempo Integral, no Município de Manoel Urbano Estado-AC, conforme Edital e seus Anexos e Convênio nº 964219/2024, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Projeto Básico, Memorial descritivo dos serviços, Cronograma físico financeiro e planilha orçamentária.

**2.1.** Critério de Julgamento: **menor preço**.

**2.2.** Regime de execução: **empreitada por preço global**.

**2.3.** Modo de disputa: **aberto**.

**2.4.** Valor Estimado da Contratação: o valor global máximo admitido é de **R\$ 11.756.043,64 (Onze Milhões, Setecentos e Cinquenta e Seis Mil, Quarenta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos)**.

**2.5.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

**2.6.** **Para todas as referências de tempo será utilizado o horário de Brasília.**

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**3.1.** A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital

**3.2.** Só poderá participar deste certame Pessoa Jurídica regularmente habilitada, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, e que esteja com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**3.2.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**3.2.2.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

ao provedor do sistema, ou ao Município de Manoel Urbano Estado do Acre, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3.** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**3.4.** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades que, por qualquer motivo:

**3.4.1.** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o Art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**3.4.2.** Estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Acre, nos termos do Art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**3.4.3.** Estejam elencadas no Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**3.4.4.** Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

**3.4.5.** Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**3.4.6.** Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do Art. 12, da Lei Federal nº 8.429/92;

**3.5.** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Item, o Agente de Contratação realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**3.5.1.** SICAF.

**3.5.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União que compreende Certidão de empresas inidôneas / licitantes inidôneos mantido pelo TCU, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo CNJ, CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas mantido pelo Portal da Transparência, CNEP Cadastro Nacional de Empresas Punidas mantido pelo Portal da Transparência (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

**3.6.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Item, o Agente de contratação/Comissão relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

**3.7.** É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, vez que esse tipo de associação de empresas provocaria um aumento injustificado do volume de serviço administrativo nas etapas de contratação e gestão do contrato, com consequente aumento de ônus para o Município de Manoel Urbano Estado do Acre. Para o vultu de contratação em questão, diversas empresas no mercado têm capacidade técnica e operacional adequada para execução plena do objeto. A consequência dessa medida é uma potencial ampliação do rol de empresas capazes de participar da licitação. Além disso, o consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição, conforme entendimento de Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Edição, 2014 - pg. 658.).

**3.7.1.** Os aspectos que as Licitantes julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nestas Especificações, deverão ser apresentados à Fiscalização através de e-mail e elucidados antes da sessão pública da Licitação.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**3.7.2.** Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela Fiscalização, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

#### **4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**4.2.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.2.1 Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital,** e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

**4.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

**4.7.1** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

**4.8** A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial

**4.9** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital e seus anexos.

**4.3.** Prazo de garantia para os serviços executados e materiais utilizados de, no mínimo, 60 (Sessenta meses) meses, contados do término da execução contratual.

**4.4.** A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital e seus anexos.

**4.5.** Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital e seus anexos.

**4.6.** A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

**4.6.1.** De condições de participação:

- a)** Sobre ciência do edital e seus anexos;
- b)** sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

**4.6.2.** Para fins de habilitação:

- a)** Sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b)** Sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c)** Sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**d)** Sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

**4.6.3.** De cumprimento da legislação trabalhista:

**a)** Sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

**4.7.** Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**4.8.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

**4.9.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**4.10.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **5. DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** A abertura da sessão pública desta Concorrência Eletrônica, conduzida pelo Agente de contratação/Comissão, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de contratação/Comissão e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

**5.2.1.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail: [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Agente de contratação/Comissão registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**5.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**5.4.** Se ocorrer a desconexão do Agente de contratação/Comissão no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.5.** No caso de a desconexão do Agente de contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**5.6.** O Agente de contratação/Comissão poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **6. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

**6.1.** A fase de lances desta Concorrência será processada pelo modo de disputa “aberto”.

**6.2.** Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos Arts. 5º, 9º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Agente de contratação/Comissão poderá



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

**6.2.1.** Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital e seus anexos ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

**6.2.2.** Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

**6.3.** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

**6.4.** Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Agente de contratação/Comissão apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**7.2.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.3.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**7.4.** Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará os critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.4.1.** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

**7.4.2.** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

**7.4.3.** Será aplicado os benefícios advindos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 e suas alterações.

**7.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

**7.5.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.6.** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Agente de contratação/Comissão poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**7.6.1.** A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Agente de contratação/Comissão não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**7.7.** Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 1% (um por cento).

## **8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**8.1.** Serão aplicados à presente licitação as disposições dos Arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 e suas alterações.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

## **9. DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do Art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Agente de contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**9.1.2.** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## **10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**10.1.** O Agente de contratação/Comissão solicitará à licitante vencedora o envio da Proposta de Preços formatada de acordo com o Anexo III do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema. Na proposta de preços deverá constar Planilha orçamentária de quantidades e preços unitários assinada por profissional habilitado. Os preços serão obrigatoriamente expressos em moeda corrente do país com no máximo duas casas decimais. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, prevalecerá o unitário. Se a divergência for entre o valor por extenso e o expresso por algarismos, prevalecerá o por extenso. Nos preços deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas, tais como BDI, frete, embalagens, instalação, seguro, garantia e quaisquer outras que sejam pertinentes;

**10.1.1.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta de preços pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail: [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com), devendo o Agente de contratação/Comissão, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**10.1.2.** O prazo para envio da proposta é de, no **mínimo 60 (sessenta) minutos** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de contratação/Comissão a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.1.3.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de contratação/Comissão.

**10.1.4.** Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de contratação/Comissão, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.1.5.** A proposta será desclassificada quando:

- a)** Contiver vícios insanáveis;
- b)** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;
- c)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**10.1.6.** O Município de Manoel Urbano Estado do Acre poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

**10.1.6.1.** Conforme o disposto no Art. 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, será



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

considerada inexequível a proposta cujo valor for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**10.1.6.2.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, com valor equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

**10.2.** O Agente de contratação/Comissão examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e seus anexos e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Anexo 1 do edital e seus anexos (Projeto Básico).

**10.2.1.** Não se admitirá que o preço individual de cada item da proposta seja superior ao preço individual de cada item da planilha orçamentária indicada no Anexo I (Orçamento Sintético).

**10.2.2.** O Agente de contratação/Comissão poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**10.2.3.** Havendo falhas na proposta, o Agente de contratação/Comissão deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do Art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.2.4.** Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Agente de contratação/Comissão deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o Art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

**10.2.5.** A **CONTRATADA** não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto **CONTRATADO**, sem que isso implique em custo adicional ao Município de Manoel Urbano Estado do Acre.

**10.2.6.** A licitante vencedora ao encaminhar a documentação expressa sua concordância com a adequação do projeto que integra este edital e seus anexos, e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação no limite previsto no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.2.7.** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da **CONTRATADA** em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme previsto no Art. 128 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.2.8.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a comissão de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1** A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.





PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

11.2 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3 As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

#### 11.3.1 Habilitação Jurídica

a. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.**

#### 11.3.2 Regularidade Fiscal

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- Prova de regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade junto ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014.

#### 11.3.3 Qualificação econômico financeiro

- Certidão negativa judicial ou Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou ainda, certidão de concessão ou de homologação de recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente.
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios financeiros, já, exigível e apresentado na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- O balanço patrimonial deverá ser assinado por representante legal da empresa e por Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, indicando o número de folha do livro diário do qual foram transcritos, contendo o termo de abertura e encerramento.
- Demonstrativo de a empresa proponente possuir os seguintes índices financeiros de balanço na data da licitação. Este demonstrativo deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa, constando o número de registro e assinatura do contador. A empresa licitante que apresentar resultado diferente dos índices requeridos abaixo será inabilitada.
- Comprovação de boa situação financeira nos termos do Art. 69 a 70 da Lei 14.133/2021, pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, evidenciadas pela própria licitante:



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

b. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**Índice de Liquidez Geral (LG), onde:**

**LG** = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**Índice de Solvência Geral (SG), onde:**

**SG** = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**Índice de Liquidez Corrente (LC), onde: LC**

= Ativo Circulante\_

Passivo Circulante

**Observação:** Será considerado em BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA o licitante que apresentar resultado superior ou igual a 01 (um) em todos os índices. Sendo critério de inabilitação os que não atingirem o índice apresentado.

11.3.3.1 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do lote pertinente.

**11.3.4 Qualificação técnica operacional e profissional**

a. Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional(is): a) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista ou Técnico Equivalente; b) Engenheiro Eletricista ou Técnico Equivalente; c) Engenheiro Mecânico ou Técnico Equivalente d) Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho (dimensionamento Conforme Norma Regulamentadora NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) na entidade profissional competente. Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto da entidade profissional competente.

b. Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos no na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais).



PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

c. Para fins de habilitação técnico-profissional: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme constante a seguir:

1	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	KG
2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3
3	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM AÇO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NÃO INCLUI ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NÚCLEO EM POLIISOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	M2
4	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3
5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG
6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2
7	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3
8	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M
9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGA BALDRAME COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS	M
10	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2
11	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	M2
12	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2

d. A comprovação de vínculo profissional se fará : a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou; b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou; d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou; e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário;

#### 11.3.5 Para fins de habilitação técnico-operacional:

a. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; ou

b. Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como

ITEM	SERVIÇO	UND	QUANT
1	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	KG	9.503
2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	45
3	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM AÇO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NÃO INCLUI ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NÚCLEO EM POLIISOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	M2	720
4	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	14,80
5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	286
6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	836
7	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	3,50
8	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	61
9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGA BALDRAME COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS	M	100
10	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2	236
11	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	M2	206
12	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	1413

CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo.

**Obs.: Para melhor entendimento das unidades de medida e discriminação dos serviços, poderá ser consultado o Anexo I - planilhas orçamentárias.**

**Notas:**

- I. A fim de comprovar as informações contidas nos atestados de capacidade de capacidade técnica operacional, apresentados, poderá ser solicitado das licitantes, cópia do contrato que deu origem ao referido atestado, e/ou das certidões de acervo técnico (CAT), como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.
- II. Para fins de qualificação técnico-operacional, será vedada a apresentação de CAT ou CAO sem Registro de Atestado. Para fins de qualificação técnico-operacional, será vedada a apresentação de Atestado que não estão em conformidade com a





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 do CAU/BR e/ou RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023 do CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA.**

- III. Em se tratando de CREA, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT;
- IV. Em se tratando de CAU, deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A, conforme art. 11 da Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014 do CAU/BR.
- a) **VISITA TÉCNICA:** Na oportunidade da visita, os interessados poderão conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como poderão apresentar questionamentos; quando será fornecido pelo Município Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços.
- b) A visita não é obrigatória, mas aquele que optar por não realizá-la firmará, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O Município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo VII deste edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes a realização do serviço. As visitas deverão ser previamente agendadas do e-mail, para ocorrer até o dia útil anterior à data da licitação, de acordo com a disponibilidade do corpo de colaboradores do município e em horários e datas compatíveis com as demais visitas agendadas.
- 11.4 Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(is) apresentado(s) para atendimento à alínea “a”, acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe, conforme modelo Anexo V, exceto quando o profissional for o sócio;
- 11.5 Apresentar declaração formal de disponibilidade da Relação da Equipe Técnica Mínima de acordo com o Anexo V, e a Relação de Equipamentos Mínimos de acordo com o Anexo VI;
- 11.6 Declaração de compromisso da licitante em manter, na condução da obra, o profissional cujo(s) atestado(s) venha(m) a atender a exigência da alínea “c”;
- 11.7 Declaração expressa da licitante de que não possui nenhum servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação que seja sócio, integre o corpo diretivo ou conselho da empresa ou que pertença a seu quadro de funcionários ou integre o seu quadro técnico de acordo com o anexo II.
- 11.8 E demais exigências solicitadas no Projeto Básico/Termo de Referência - Anexo I, do edital.
- 11.9 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.10 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.10.1 **A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

**11.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.**

11.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**11.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e**

**11.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;**

11.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto acima.

11.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.16 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.17 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da comissão de contratação, sob pena de inabilitação.

11.18 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com), a critério da comissão de contratação.

11.19 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.20 A comissão de contratação poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.

11.21 A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.22 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

11.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, a comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.24 . Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, a comissão de contratação declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.25 A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública da Concorrência constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

12.1 Durante as fases de julgamento e de habilitação, a comissão de contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

**12.1.1.** A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

**12.2.** Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I.** complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III.** comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**12.3.** Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**12.4.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**12.5.** A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará a comissão de contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

**12.6.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da comissão de contratação.

**12.7.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com), a critério da comissão de contratação.

**12.8.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.9.** Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

## **13. DO RECURSO**

**13.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** do término do julgamento das Propostas de Preços e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**13.1.1.** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

**13.1.2.** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**13.1.3.** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

**13.2.** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**13.2.1.** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**13.3.** O Agente de contratação/Comissão poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Procuradoria geral do Municipal – PGM para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.4.** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto desta Concorrência Eletrônica será adjudicado pelo Prefeito Municipal, quando houver recurso.

**14.2.** A homologação desta Concorrência Eletrônica compete também ao Prefeito Municipal.

**14.3.** O objeto desta Concorrência será adjudicado integralmente à vencedora do certame por se tratar de item único.

**14.4. Logo após a homologação da presente Concorrência a empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetivar seu cadastro junto à Secretaria Municipal de Finanças do Município de Manoel Urbano Estado do Acre.** O cadastro visa à emissão da nota de empenho e posterior pagamento, que se processa através de sistema específico.

## **15. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**15.1.** Depois de homologado o resultado desta Concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**15.1.1.** O prazo de convocação de que trata o item anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.1.2.** Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Agente de contratação/Comissão, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do Art. 90 da Lei Federal nº





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

14.133/2021.

**15.2.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** Será admitida a subcontratação, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento, desde que haja a anuência do **CONTRATANTE**, por meio de seu poder discricionário, analisada a oportunidade e conveniência em cada caso.

**16.1.1.** A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

**16.1.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do **SUBCONTRATADO**, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**16.1.2.1.** Não haverá qualquer vínculo entre o Município de Manoel Urbano Estado do Acre e a empresa **SUBCONTRATADA**, inclusive no que diz respeito a medições e pagamentos.

**16.1.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar, por meio de seu poder discricionário, analisada a oportunidade e conveniência em cada caso, se o **SUBCONTRATADO** cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**16.1.3.1.** A solicitação de autorização para subcontratação deverá conter a indicação do valor global e da parte da obra a ser **SUBCONTRATADA**, bem como a apresentação de todos os documentos exigidos para habilitação no edital em nome da **SUBCONTRATADA**;

**16.1.4.** A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE**, toda a documentação que comprove a capacidade técnica do **SUBCONTRATADO**, bem como a sua habilitação jurídica, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**16.1.5.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**16.1.6.** O **SUBCONTRATADO** deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE**, a documentação de regularidade fiscal das empresas **SUBCONTRATADAS**, sob pena de rescisão caso a situação não seja regularizada no prazo de até 30 (trinta) dias.

**16.1.7.** O **SUBCONTRATADO** deverá substituir a empresa **SUBCONTRATADA**, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente **SUBCONTRATADO** até a sua execução total, notificando o **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente **SUBCONTRATADA**.

**16.1.8.** A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo cumprimento, tanto por si própria quanto por parte da empresa **SUBCONTRATADA**, da observância e



PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

**16.1.9. O CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, a comprovação dos pagamentos de salários e outras verbas trabalhistas referentes aos trabalhadores envolvidos na execução do objeto do contrato firmado com o Município de Manoel Urbano Estado do Acre, sejam trabalhadores da empresa **CONTRATADA**, sejam trabalhadores de empresa **SUBCONTRATADA**.

**16.1.10.** A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer, ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitada, a relação atualizada dos trabalhadores envolvidos na execução do objeto contratual, tanto daqueles que integrem os quadros da **CONTRATADA**, quanto dos que integrem os quadros de empresa **SUBCONTRATADA**.

## **17. REGIME DE EXECUÇÃO**

**17.1.** Empreitada por preço global.

## **18. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**18.1.** A Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, estabelece prazo de vigência de um contrato de obra de engenharia para obras públicas, esta é regida pelos Arts. 105 a 114, podendo ser de até 5 anos.

**18.2.** Basicamente, o prazo de vigência contratual deve ser suficiente para viabilizar o prazo de execução, de substituição ou de reparo (caso necessários), recebimento provisório, definitivo e pagamento.

**18.3.** A fixação de vigência contratual, então, não deve ser estabelecida aleatoriamente, mas sim decorrer da soma desses prazos.

**18.4.** Além disso, a lei estabelece que o prazo de vigência de um contrato de obra de engenharia para obras públicas pode ser prorrogado por até 5 anos, desde que haja previsão no edital e seus anexos ou no contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública.

**18.5.** É importante destacar que a vigência de um contrato de obra de engenharia para obras públicas deve ser definida com base nas características específicas da obra e nos interesses da Administração Pública.

**18.6.** Dessa forma o prazo de vigência será de 12(doze) meses, contados da data de expedição do contrato, convalidado pela assinatura dos signatários, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **19. DO REAJUSTE**

**19.1.** Os preços inicialmente **CONTRATADOS** são fixos no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado da Administração.

**19.1.1.** Após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços iniciais poderão ser reajustados;

**19.1.2.** Os preços acompanharão a variação da tabela SINAPI e/ou SBC, mantendo-se inalterado o percentual de desconto fixado na proposta;

**19.1.3.** Os valores **CONTRATADOS** poderão ser reajustados, tendo como limite máximo a variação acumulada dos últimos 12 meses do Índice INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna), com data base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração, devendo ser observado o interregno mínimo de um ano



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

(Art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**19.1.4.** O prazo para resposta ao **pedido de repactuação de preços** será preferencialmente de 1 mês, contado da data do fornecimento da documentação descrita no Art. 135 da Lei 14.133/21.

**19.1.5.** O prazo para resposta ao **pedido de restabelecimento** do equilíbrio econômico-financeiro será preferencialmente de 1 mês, contado da data do fornecimento da documentação descrita no Art. 135 da Lei 14.133/21.

**19.1.6.** O reajuste poderá ser dividido em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizado em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**19.1.7.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

**19.1.8.** A data do orçamento estimado da Administração, será considerada para todos os fins, como o mês em que foi produzido o referido orçamento, ou seja, não deverá ser utilizado o cálculo *pró-rata*, mas sim o mês cheio.

**19.1.9.** Os valores **CONTRATADOS** poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, devidamente comprovados, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto no Art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.1.10.** Os reajustes a que a **CONTRATADA** fazer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

## **20. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA CONTRATUAL**

**20.1.** A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART/RRT referentes à execução da obra conforme os projetos fornecidos pela **CONTRATANTE**. A guia da ART/RRT deverá ser mantida no local dos serviços bem como o alvará de licença de construção.

**20.2.** Com relação ao disposto no Art. 618 do Código Civil Brasileiro, entende-se que o prazo de 05 (cinco) anos, nele referido, é de garantia e não de prescrição.

**20.3.** O prazo prescricional para intentar ação civil é de 10 anos, conforme Art. 205 do Código Civil Brasileiro.

**20.4.** Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 a administração poderá exigir garantia acerca da execução do contrato (Art. 96) ou garantia da proposta (Art. 58). A garantia da proposta pode ser exigida como requisito de Pré habilitação, em até 1% do valor do estimado para a contratação.

**20.5.** O seguro-garantia consiste em contrato firmado entre o particular **CONTRATADO** e uma instituição seguradora disposta a arcar com os riscos de eventual inadimplemento. Sua função é resguardar a satisfação de eventual crédito da Administração decorrente de alguma infração cometida pelo **CONTRATADO**.

**20.6.** Segundo o Art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia o edital poderá prever a faculdade de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo **CONTRATADO**, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.

**20.7.** À Seguradora se reserva o direito de exercer a cláusula de *step-in*, nos termos do Art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a **CONTRATADA** não inicie ou não conclua a obra ou serviço no prazo e com as condições previstas no contrato.



PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

**20.8.** Considerando que a garantia contratual tem por objetivo assegurar o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**, principalmente no que se refere à execução da obra, à entrega dos serviços e à correção de defeitos e vícios;

**20.9.** Considerando a matriz de risco contida no Projeto Básico, Anexo 1, deste Edital e seus anexos;

**20.10.** Considerando que a análise de riscos demonstra que a obra de engenharia está sujeita a diversos riscos que podem gerar impactos negativos para a Administração Pública, como atrasos na entrega, vícios de qualidade, custos adicionais e até mesmo a paralisação da obra.

**20.11.** O seguro garantia é uma ferramenta eficaz para mitigar esses riscos e garantir a proteção da Administração Pública, uma vez que o seguro garante o reembolso dos valores pagos à **CONTRATADA** em caso de:

- a) Inadimplemento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;
- b) Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**;
- c) Falência ou recuperação judicial da **CONTRATADA**;
- d) Abandono da obra pela **CONTRATADA**;
- e) Incapacidade técnica ou financeira da **CONTRATADA** para dar cumprimento ao contrato.

**20.12.** O seguro garantia também pode ser utilizado para cobrir custos com a correção de vícios de qualidade e a conclusão da obra em caso de abandono da obra pela **CONTRATADA**.

**20.13.** Por fim, com base nos serviços licitados e o orçamento apresentado, conclui-se que o Seguro-garantia dentre as alternativas estabelecidas em Lei é a que melhor se encaixa para o caso em questão.

**20.14.** A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, na modalidade Seguro-Garantia, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

**20.14.1.** Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação, para a prestação da garantia, na modalidade seguro-garantia, pela licitante vencedora.

**20.14.2.** O contrato decorrente da presente licitação somente poderá ser formalizado após a prestação da garantia, na modalidade seguro-garantia, pela licitante vencedora.

**20.15.** A apólice do seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor, mesmo que o **CONTRATADO** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**20.16.** Em caso de inadimplemento pela **CONTRATADA**, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 102).

**20.16.1.** A seguradora figurará como INTERVENIENTE ANUENTE do contrato decorrente da presente licitação, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- 20.16.1.1.** Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- 20.16.1.2.** Acompanhar a execução do contrato principal.
- 20.16.1.3.** Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- 20.16.1.4.** Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

**20.16.2.** A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do objeto do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

**20.16.3.** A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.





PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

**20.16.4.** Na hipótese de inadimplemento do **CONTRATADO**, serão observadas as seguintes disposições:

**20.16.4.1.** Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

**20.17.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, acrescentando-se sempre, à vigência da apólice, prazo de 90 (noventa) dias além da vigência do contrato, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**20.18.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

**20.19.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o **CONTRATADO** ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**20.20.** O seguro-garantia assegurará também pagamento de todos os eventos abaixo indicados, observada a legislação que rege a matéria:

**20.20.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**20.20.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

**20.20.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo **CONTRATADO**, quando couber.

**20.21.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**20.22.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**20.23.** O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**20.24.** O emitente da garantia ofertada pelo **CONTRATADO** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (Art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**20.25.** Tratando-se de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**20.26.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que o **CONTRATADO** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**20.27.** A garantia somente será liberada após a fiel execução do contrato.

**20.28.** O garantidor não será parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

**20.29.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico, anexo 1 deste Edital e seus anexos.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

## **21. DA RENOVAÇÃO DA GARANTIA**

21.1 O prazo de vigência da apólice deverá se estender, no mínimo, até 90 (noventa) dias além do prazo de vigência do contrato. O objetivo é garantir que toda a relação contratual esteja coberta pelo seguro-garantia, de modo que eventuais prorrogações na vigência do contrato principal deverão ser incorporadas à apólice, acrescendo-se sempre, à vigência da apólice, prazo de 90 (noventa) dias além da vigência do contrato, mediante endosso da seguradora.

## **22. INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO**

21.1 A eventual inadimplência do segurado/**CONTRATADO** em relação ao pagamento do prêmio não interfere na garantia prestada (Art. 97, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021). Ocorrendo o sinistro, a seguradora se encontrará obrigada perante a Administração, nos termos da apólice, independentemente de qualquer exceção oponível em face do segurado/**CONTRATADO**.

**22.1.1.** A presente Cláusula tem por objeto a prestação de seguro-garantia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os Arts. 96 e 102, com a finalidade de garantir à **CONTRATANTE** o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** no contrato administrativo em questão para executar a construção de muro nas instalações da sede unificada pertencente ao Município de Manoel Urbano Estado do Acre.

## **23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do objeto deste Contrato Administrativo, correrão por conta dos Recursos consignados no Orçamento do Município de Manoel Urbano Estado do Acre para o Exercício Financeiro de 2026. 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA 07.30 – OUTRAS DESPESAS VINCULADAS A EDUCACAO 12.365.0004.1.186 – Construção de Creche Escola de Educação Infantil em Manoel Urbano Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00569 – Obras e Instalações Fonte de Recursos: 0569

### **23.1.**

## **24. DAS PENALIDADES**

**24.1.** A empresa licitante que incorrer em irregularidades, ficará sujeita ao contido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei Federal nº 14.133/2021.

**24.2.** Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no Inciso IV do Art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida Lei.

**24.3.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**25.1.** No prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório desta Concorrência mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com) Compete ao Agente de contratação/Comissão, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**25.1.1** A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**25.2** Acolhida a impugnação contra este edital e seus anexos, será designada nova



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

Assinatura

data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.2.1 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Agente de contratação/Comissão até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@manoelurbano.ac.gov.br](mailto:cpl@manoelurbano.ac.gov.br), [manoelurbanocpl@gmail.com](mailto:manoelurbanocpl@gmail.com).

25.2.2 O Agente de contratação/Comissão, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

25.3 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no sítio do Município de Manoel Urbano Estado do Acre: [www.manoelurbano.ac.gov.br](http://www.manoelurbano.ac.gov.br), na aba serviços >licitações.

## 26. DA ANTICORRUPÇÃO

26.1. O Município de Manoel Urbano Estado do Acre e as licitantes deverão observar o disposto na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

26.2. Fica vedado as partes, futuras **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta licitação, ou de outra forma que não relacionada a esta licitação, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

## 27. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

27.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei Federais nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

27.2. Para efeitos legais, o Município de Manoel Urbano Estado do Acre – PMMU- AC, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à **CONTRATADA** para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a **CONTRATADA** será a Controladora destes;

27.3. O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à **CONTRATADA**, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;

27.4. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da PMMU-AC, com a responsabilização da **CONTRATADA** na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;

**27.5.** A **CONTRATADA** deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade da PMMU-AC, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item;

**27.6.** A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela **CONTRATADA** após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

**27.6.1.** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;

**27.6.2.** Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

**27.6.3.** Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

**27.7.** A **CONTRATADA** cooperará com o PMMU-AC no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral;

**27.8.** O Encarregado de dados indicado pela **CONTRATADA** manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo PMMU-AC, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

**27.9.** Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à **CONTRATADA**, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável no PMMU-AC para que decida previamente sobre a questão;

**27.10.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**27.11.** A licitante deverá apresentar nos Documentos de Habilitação, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade, conforme o Anexo X deste Edital.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**28.1.** O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente Concorrência por parte da licitante.

**28.2.** É facultado ao Agente de contratação/Comissão, em qualquer fase da Concorrência, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**28.3.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, ao Agente de contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**28.4.** As decisões ao Agente de contratação/Comissão durante os procedimentos da Concorrência serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**28.5.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase da presente Concorrência serão resolvidos pelo Agente de contratação/Comissão.

**28.6.** INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

**ANEXO I**

- a. Projeto Básico (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL);
- b. Composição de Custo Unitário (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL);
- c. Orçamento Sintético (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL);
- d. Projeto Arquitetônico – Implantação (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL);
- e. Projeto Arquitetônico – 3Ds (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL);

**ANEXO II** Declaração de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo;

**ANEXO III** Modelo de Proposta de Preço;

**ANEXO IV** Minuta do Contrato;

**ANEXO V:** Relação da Equipe Técnica Mínima e Declaração de Autorização de Inclusão;

**ANEXO VI:** Relação dos Equipamentos Mínimos;

**ANEXO VII:** Modelo de Declaração de Visita;

**ANEXO VIII:** Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

**ANEXO IX:** Acervo Técnico

**ANEXO X:** Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo da Informação

**29. DO FORO**

**29.1.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização da presente Concorrência que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Manoel Urbano Estado do Acre, com exclusão de qualquer outro.

Manoel Urbano Estado do Acre, em 27 janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
Maria Antônia Ferreira Lima  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 003/2026



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXOS I**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

1. PROJETO BÁSICO (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL)
2. COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL)
3. ORÇAMENTO SINTÉTICO (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL)
4. PROJETO ARQUITETÔNICO – IMPLANTAÇÃO (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL)
5. PROJETO ARQUITETÔNICO – 3DS (DISPONIBILIZADO EM MÍDIA DIGITAL)

Manoel Urbano Estado do Acre, em \_\_\_\_\_ de 2026.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO E INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

....., inscrita no CNPJ/MF. nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a). , portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF/MF. no . , **DECLARA** que não possui em seus quadros, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento desta Instituição, bem como a prestação de serviço por empregado de empresa fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante da empresa (nome da empresa)

Manoel Urbano Estado do Acre, em \_\_\_\_\_ de 2026.



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Dados bancários (banco/agência/conta corrente):

Conforme Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026, apresentamos proposta de preços para a Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de Construção de Escola em Tempo Integral, zona urbana / FNDE – Escola 9 Salas – CONV Nº 964219/2024, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Projeto Básico, Memorial descritivo dos serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos no município de Manoel Urbano descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e/ou SBC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	REGIME DE EXECUÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de Construção de Escola em Tempo Integral, zona urbana / FNDE – Escola 9 Salas – CONV Nº 964219/2024, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Projeto Básico, Memorial descritivo dos serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos no município de Manoel Urbano.	360 dias	Empreitada por preço global		

**Observação:** Apresentar juntamente com a proposta de preços Planilha orçamentária de quantidades e preços unitários assinada por profissional habilitado. Os preços serão obrigatoriamente expressos em moeda corrente do país com no máximo duas casas decimais. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, prevalecerá o unitário. Se a divergência for entre o valor por extenso e o expresso por algarismos, prevalecerá o por extenso. Nos preços deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas, tais como BDI, frete, embalagens, instalação, seguro, garantia e quaisquer outras que sejam pertinentes.

\_\_\_\_\_  
Representante da empresa (nome da empresa)

Manoel Urbano Estado do Acre, em \_\_\_\_\_ de 2026.





PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

## ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, ZONA URBANA / FNDE – ESCOLA 9 SALAS – CONV Nº 964219/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE/PREFEITURA MUNICIPAL COMO CONTRATANTE E DO OUTRO LADO A EMPRESA , COMO CONTRATADA, NA FORMA A SEGUIR:**

Aos ... (.....) dias do mês de do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), o MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE/PREFEITURA MUNICIPAL, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº xxxxxxx, com sede na Avenida Valério Caldas de Magalhães, nº 839, Bairro Centro – Cep. 69.950-000 – Cidade de Manoel Urbano Estado do Acre, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **Raimundo Toscano Velozo**, brasileiro, inscrito no CPF/MF. sob o nº 339.415.562-15, residente e domiciliado neste Município de Manoel Urbano Estado do Acre, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa , Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº....., Inscrição Estadual sob nº ..... , com sede na Rua ..... , nº ..... , Bairro ..... – Cep. .... – Cidade de ..... Estado do ..... , neste ato representado por seu Representante Legal Senhor(a) ..... , brasileiro, inscrito no CPF/MF. sob o nº ..... , residente e domiciliado(a) na Cidade de ..... Estado do ..... , doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, decorrente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº ...../2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ...../2026**, **HOMOLOGADO** pela autoridade competente no dia **...../...../2026**, pactuam o presente Contrato Administrativo em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de Construção de Escola em Tempo Integral, zona urbana / FNDE – Escola 9 Salas – CONV Nº 964219/2024, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Projeto Básico, Memorial descritivo dos serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos no município de Manoel Urbano.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

1. O valor global do presente Contrato Administrativo será de **R\$- .....** (.....), já incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas, tais como BDI, frete, embalagens, instalação, seguro, garantia e quaisquer outras que sejam pertinentes, conforme tabela anexa a este contrato.



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

2. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato Administrativo, correrão por conta dos Recursos consignados no Orçamento do Município de Manoel Urbano Estado do Acre para o Exercício Financeiro de 2026.

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DA OBRA

3. O prazo para execução da obra será de 360 dias (trezentos e sessenta) dias, de acordo com o cronograma de serviços que será fornecido pelo **CONTRATANTE** na assinatura do contrato.

3.1 O início dos serviços dar-se-á a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço emitida pelo **CONTRATANTE**.

3.2 Caberá a **CONTRATADA** submeter à aprovação da Prefeitura Municipal para obter a licença de construção para a execução da obra, não sendo permitido seu início sem esse documento. Tal alvará configura-se como etapa de serviço.

3.3 Independem da expedição do Alvará de licença para construção, as seguintes atividades:

3.4 Abrigos provisórios para a guarda e depósito de materiais em obras previamente licenciadas;

3.5 Instalação o de toldos para a proteção de aberturas;

3.6 Caberá a **CONTRATADA** emitir o registro de responsabilidade técnica (RRT) ou anotação de responsabilidade técnica (ART) de seus técnicos e/ou construtora para a execução da obra.

3.7 A obra deverá ser executada seguindo o cronograma que será fornecido pelo **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇOS

5.1 A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, como todas as instalações em perfeitas condições de funcionamento e devidamente testados.

5.2 Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela **CONTRATADA**, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela **FISCALIZAÇÃO**. Será, então, firmado o Termo de Entrega, de acordo com o Art. 140, Inciso I, alínea a e b, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 A Lei Federal nº 14.133/2021, no Art. 140 estabelece que o recebimento de obras de engenharia para obras públicas é o ato administrativo que atesta a conformidade da obra com o projeto e as especificações técnicas, bem como a sua aceitação pela Administração Pública.

5.4 O recebimento de obras de engenharia para obras públicas deve ser realizado por uma comissão de recebimento, composta por servidores públicos da Administração Pública ou por profissionais **CONTRATADOS** para esse fim.

5.5. A comissão de recebimento deve verificar, no mínimo, os seguintes aspectos da obra:

- a. Conformidade com o projeto e as especificações técnicas;
- b. Qualidade dos materiais e serviços executados;
- c. Conformidade com os padrões de acessibilidade;
- d. Conformidade com as normas de segurança;
- e. Ausência de defeitos e vícios.

5.7 No caso de a comissão de recebimento constatar a existência de defeitos ou vícios na obra, deve elaborar um relatório circunstanciado, contendo as especificações dos defeitos ou vícios, as providências que devem ser tomadas para a correção dos defeitos ou vícios e o prazo para a execução das providências.

**PODER EXECUTIVO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

5.8 O recebimento de obras de engenharia para obras públicas deve ser realizado em duas etapas:

5.9 Recebimento provisório: O recebimento provisório é realizado após a conclusão da obra, mas antes da sua entrega à Administração Pública. O recebimento provisório atesta a conformidade da obra com o projeto e as especificações técnicas, mas não atesta a sua aceitação pela Administração Pública.

5.10 Recebimento definitivo: O recebimento definitivo é realizado após a entrega da obra à Administração Pública. O recebimento definitivo atesta a conformidade da obra com o projeto e as especificações técnicas e a sua aceitação pela Administração Pública.

5.11 O recebimento definitivo da obra deve ser realizado no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data da comunicação da **CONTRATADA**. No caso de a Administração Pública não realizar o recebimento definitivo da obra no prazo de 90 (noventa) dias, a obra é considerada recebida de forma tácita.

5.12 O recebimento de obras de engenharia para obras públicas é um ato administrativo importante, pois atesta a conformidade da obra com o projeto e as especificações técnicas e a sua aceitação pela Administração Pública. O recebimento de obras de engenharia deve ser realizado de forma rigorosa, para garantir que a obra esteja em conformidade com os padrões de qualidade e segurança exigidos.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com as medições da obra, com o atesto da fiscalização, da nota fiscal/fatura correspondente à execução da obra e de acordo com o cronograma físico-financeiro.

6.2 O prazo para pagamento será agrupado por período e serão executados pela Secretaria Municipal de Finanças, em respeito a ordem cronológica de liquidação estabelecida no documento fiscal e à disponibilidade financeira das fontes de recursos.

**6.3 Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela FISCALIZAÇÃO.**

6.4 Após a realização das medições, serão emitidos “Boletins de Medição dos Serviços”, em 2 (duas) vias, que deverão ser assinadas com o “de acordo” do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias.

6.5 As medições dos itens discriminados na planilha orçamentária serão realizadas nas datas previamente fixadas, de acordo com o cronograma de execução física e financeira da obra, tomando por base as especificações e os desenhos de projeto.

6.6 Somente serão objeto de medição as parcelas dos serviços que estejam totalmente concluídas.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO**

7.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a atualização monetária será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = VA x N x I**, onde:

EM = Encargos Moratórios VA = Valor em Atraso

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a realizada I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = \frac{i}{100}$   $I = \frac{6}{100}$   $I = 0,00016438$   
365 365

i = taxa percentual anual no montante de 6% (seis por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A compensação financeira deverá ser cobrada em nota

**PODER EXECUTIVO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

fiscal/fatura após a ocorrência, desde que certificada pelo **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1 A Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, estabelece prazo de vigência de um contrato de obra de engenharia para obras públicas, esta é regida pelos Artigos 105 a 114, podendo ser de até 5 anos.

8.2 Basicamente, o prazo de vigência contratual deve ser suficiente para viabilizar o prazo de execução, de substituição ou de reparo (caso necessários), recebimento provisório, definitivo e pagamento.

8.3 A fixação de vigência contratual, então, não deve ser estabelecida aleatoriamente, mas sim decorrer da soma desses prazos.

8.4 Além disso, a lei estabelece que o prazo de vigência de um contrato de obra de engenharia para obras públicas pode ser prorrogado por até 5 anos, desde que haja previsão no edital ou no contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública.

8.5 É importante destacar que a vigência de um contrato de obra de engenharia para obras públicas deve ser definida com base nas características específicas da obra e nos interesses da Administração Pública.

8.6 Dessa forma o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de expedição do contrato, convalidado pela assinatura dos signatários, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL (DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES)**

9.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do *caput* do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras e nos serviços, conforme disposto no *caput* do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 Deverão, ainda, ser observadas as disposições contidas nos artigos subsequentes (126 a 136), da Lei Federal nº 14.133/2021/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Empregar operários devidamente especializados nos serviços a serem executados, em número compatível com a natureza e cronograma da obra;

10.2 Manter atualizados no canteiro de obras, alvarás, certidões, licenças, evitando interrupções por embargos;

10.3 Manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma;

10.4 Manter limpo o local da obra, com remoção de lixo e entulhos para fora do canteiro;

10.5 Apresentar, ao final da obra, a documentação prevista no Contrato de Empreitada Global;



**PODER EXECUTIVO****PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

10.6 Para execução da obra, objeto destas especificações, ficará a cargo da empresa o fornecimento de todo o material, mão de obra, leis sociais, equipamentos e o que se fizer necessário para o bom andamento dos serviços.

10.7 A empresa manterá na obra, à testa dos serviços e como seu preposto, um profissional devidamente habilitado residente, que as representará integralmente em todos os atos, de modo que as comunicações feitas ao preposto serão consideradas como feitas ao empreiteiro. Por outro lado, toda medida tomada pelo preposto será considerada como tomada pelo empreiteiro.

10.8 O profissional devidamente habilitado, preposto da empresa, deverá estar registrado no CREA/AC ou CAU/AC como responsável técnico pela obra.

10.9 A Contratada obrigará-se a **manter, durante toda a execução do contrato**, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as **condições exigidas para a habilitação na licitação**;

10.10 A Contratada obrigará-se a **cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei**, bem como em outras normas específicas, para **pessoa com deficiência**, para **reabilitado da Previdência Social** e para **aprendiz**;

10.11 Fica a empresa obrigada a proceder à substituição de qualquer operário, ou mesmo do preposto, que esteja sob suas ordens e em serviço na obra, se isso lhe for exigido pela fiscalização, sem haver necessidade de declaração quanto aos motivos.

10.12 A substituição deverá ser precedida dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1 Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto;

11.2 Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada;

11.3 Deverá o **CONTRATANTE** acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada;

11.4 Constatadas irregularidades deverão notificar a **CONTRATADA** por escrito acerca das eventuais ocorrências;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1 Será admitida a subcontratação, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento, desde que haja a anuência do **CONTRATANTE**, por meio de seu poder discricionário, analisada a oportunidade e conveniência em cada caso.

12.2 A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

12.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do **SUBCONTRATADO**, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4 Não haverá qualquer vínculo entre o Município de Manoel Urbano Estado do Acre e a empresa **SUBCONTRATADA**, inclusive no que diz respeito a medições e pagamentos.

12.5 A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar, por meio de seu poder discricionário, analisada a oportunidade e conveniência em cada caso, se o **SUBCONTRATADO** cumpre os requisitos de



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.6 A solicitação de autorização para subcontratação deverá conter a indicação do valor global e da parte da obra a ser **SUBCONTRATADA**, bem como a apresentação de todos os documentos exigidos para habilitação no edital em nome da **SUBCONTRATADA**;

12.7 A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE**, toda a documentação que comprove a capacidade técnica do **SUBCONTRATADO**, bem como a sua habilitação jurídica, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

12.8 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.9 O **SUBCONTRATADO** deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE**, a documentação de regularidade fiscal das empresas **SUBCONTRATADAS**, sob pena de rescisão caso a situação não seja regularizada no prazo de até 30 (trinta) dias.

12.10 O **SUBCONTRATADO** deverá substituir a empresa **SUBCONTRATADA**, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente **SUBCONTRATADO** até a sua execução total, notificando o **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente **SUBCONTRATADA**.

12.11 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo cumprimento, tanto por si própria quanto por parte da empresa **SUBCONTRATADA**, da observância e cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

12.12 O **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, a comprovação dos pagamentos de salários e outras verbas trabalhistas referentes aos trabalhadores envolvidos na execução do objeto do contrato firmado com o Município de Manoel Urbano Estado do Acre, sejam trabalhadores da empresa **CONTRATADA**, sejam trabalhadores de empresa **SUBCONTRATADA**.

12.13 A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer, ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitada, a relação atualizada dos trabalhadores envolvidos na execução do objeto contratual, tanto daqueles que integrem os quadros da **CONTRATADA**, quanto dos que integrem os quadros de empresa **SUBCONTRATADA**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 No que diz respeito a fiscalização de obras e serviços de engenharia para obras públicas a Lei Federal nº 14.133/2021, diz que esta deve ser realizada pela Administração Pública ou por empresa especializada **CONTRATADA** para esse fim.

13.2 A Fiscalização da Obra e deste Contrato Administrativo será feita pelo Senhor **Bismarque Santos de Souza**, brasileiro, Engenheiro Civil, Pessoa Física de direito privado, portado do CRE-AC nº 24460-D/AC, Cidade de Manoel Urbano Estado do Acre.

13.3 A fiscalização tem por objetivo assegurar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, principalmente no que se refere à execução da obra, à entrega dos serviços e à correção de defeitos e vícios.

**PODER EXECUTIVO****PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

13.4 A fiscalização deve ser realizada de forma sistemática e contínua, com o objetivo de acompanhar o andamento da obra, verificar a qualidade dos serviços executados e identificar possíveis irregularidades.

13.5 A fiscalização deve ser realizada por profissionais qualificados, com conhecimento técnico da obra e da legislação aplicável.

13.6 A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a fiscalização de obras e serviços de engenharia deve contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

13.7 Acompanhamento do cronograma físico-financeiro da obra;

13.8 Verificação da conformidade dos serviços executados com o projeto e as especificações técnicas;

a. Verificação da qualidade dos serviços executados;

b. Identificação de possíveis irregularidades;

c. Emissão de relatórios técnicos sobre o andamento da obra.

13.9 Além dessas atividades, a fiscalização também pode realizar outras atividades, conforme necessário, como:

a. Orientação à **CONTRATADA** sobre a execução da obra;

b. Aplicação de penalidades à **CONTRATADA** em caso de descumprimento das

c. obrigações contratuais;

d. Recebimento da obra ou dos serviços executados.

13.10 A fiscalização é uma atividade essencial para garantir a qualidade e a eficiência das obras públicas. A realização de uma fiscalização eficaz contribui para evitar atrasos, superfaturamento e irregularidades nas obras públicas.

13.11 Para tanto, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 foram elencados abaixo alguns aspectos relevantes da fiscalização de obras e serviços de engenharia para obras públicas:

13.12 Responsabilidade pela fiscalização: A fiscalização de obras e serviços de engenharia pode ser realizada pela Administração Pública ou por empresa especializada **CONTRATADA** para esse fim.

13.13 Objetivos da fiscalização: A fiscalização tem por objetivo assegurar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, principalmente no que se refere à execução da obra, à entrega dos serviços e à correção de defeitos e vícios.

13.14 Atividades da fiscalização: A fiscalização deve contemplar, no mínimo, as seguintes atividades: acompanhamento do cronograma físico-financeiro da obra, verificação da conformidade dos serviços executados com o projeto e as especificações técnicas, verificação da qualidade dos serviços executados, identificação de possíveis irregularidades e emissão de relatórios técnicos sobre o andamento da obra.

13.15 Importância da fiscalização: A fiscalização é uma atividade essencial para garantir a qualidade e a eficiência das obras públicas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA CONTRATUAL**

14.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART/RRT referentes à execução da obra conforme os projetos fornecidos pelo **CONTRATANTE**. A guia da ART/RRT deverá ser mantida no local dos serviços bem como o alvará de licença de construção.

14.2 Com relação ao disposto no Art. 618 do Código Civil Brasileiro, entende-se que o prazo de 05 (cinco) anos, nele referido, é de garantia e não de prescrição.

14.3 O prazo prescricional para intentar ação civil é de 10 anos, conforme Art. 205 do Código Civil Brasileiro.

14.4 Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 a administração poderá exigir



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

garantia acerca da execução do contrato (Art. 96) ou garantia da proposta (Art. 58). A garantia da proposta pode ser exigida como requisito de Pré habilitação, em até 1% do valor do estimado para a contratação.

14.5 O seguro-garantia consiste em contrato firmado entre o particular **CONTRATADO** e uma instituição seguradora disposta a arcar com os riscos de eventual inadimplemento. Sua função é resguardar a satisfação de eventual crédito da Administração decorrente de alguma infração cometida pela **CONTRATADA**.

14.6 Segundo o Art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia o edital poderá prever a faculdade de a seguradora, em caso de inadimplemento pela **CONTRATADA**, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.

14.7 À Seguradora se reserva o direito de exercer a cláusula de *step-in*, nos termos do Art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a **CONTRATADA** não inicie ou não conclua a obra ou serviço no prazo e com as condições previstas no contrato.

14.8 Considerando que a garantia contratual tem por objetivo assegurar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, principalmente no que se refere à execução da obra, à entrega dos serviços e à correção de defeitos e vícios;

14.9 Considerando a matriz de risco contida no Projeto Básico, Anexo I, do Edital;

14.10 Considerando que a análise de riscos demonstra que a obra de engenharia está sujeita a diversos riscos que podem gerar impactos negativos para a Administração Pública, como atrasos na entrega, vícios de qualidade, custos adicionais e até mesmo a paralisação da obra.

14.11 O seguro garantia é uma ferramenta eficaz para mitigar esses riscos e garantir a proteção da Administração Pública, uma vez que o seguro garante o reembolso dos valores pagos à **CONTRATADA** em caso de:

- Inadimplemento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;
- Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**;
- Falência ou recuperação judicial da **CONTRATADA**;
- Abandono da obra pela **CONTRATADA**;
- Incapacidade técnica ou financeira da **CONTRATADA** para dar cumprimento ao contrato.

14.12 O seguro garantia também pode ser utilizado para cobrir custos com a correção de vícios de qualidade e a conclusão da obra em caso de abandono da obra pela **CONTRATADA**.

14.13 Por fim, com base nos serviços licitados e o orçamento apresentado, conclui-se que o Seguro-garantia dentre as alternativas estabelecidas em Lei é a que melhor se encaixa para o caso em questão.

14.14 A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, na modalidade Seguro-Garantia, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, observando-se o seguinte:

- Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação, para a prestação da garantia, na modalidade seguro-garantia, pela licitante vencedora.
- O contrato somente poderá ser formalizado após a prestação da garantia, na modalidade seguro-garantia, pela licitante vencedora.

14.15 A apólice do seguro-garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, inclusive eventuais prorrogações, e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência do contrato, permanecendo em vigor, mesmo que o **CONTRATADO** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

14.16 Em caso de inadimplemento pela **CONTRATADA**, a seguradora deverá assumir a





PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

execução e concluir o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 102):

14.17 A seguradora figurará como INTERVENIENTE ANUENTE do contrato decorrente da presente licitação, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- b. Acompanhar a execução do contrato principal.
- c. Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- d. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

14.18 A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do objeto do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

14.19 A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

14.20 Na hipótese de inadimplemento da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes disposições:

- a. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.
- b. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

14.21 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, acrescendo-se sempre, à vigência da apólice, prazo de 90 (noventa) dias além da vigência do contrato, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

14.22 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto do Edital.

14.23 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.24 O seguro-garantia assegurará também pagamento de todos os eventos abaixo indicados, observada a legislação que rege a matéria:

14.25 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.26 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

14.27 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

14.28 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.29 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.30 O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.31 O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (Art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.32 Tratando-se de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não

**PODER EXECUTIVO****PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

14.33 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.34 A garantia somente será liberada após a fiel execução do contrato.

14.35 O garantidor não será parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

14.36 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico, anexo I do Edital.

**14.37 DA RENOVAÇÃO DA GARANTIA**

14.37.1 O prazo de vigência da apólice deverá se estender, no mínimo, até 90 (noventa) dias além do prazo de vigência do contrato. O objetivo é garantir que toda a relação contratual esteja coberta pelo seguro-garantia, de modo que eventuais prorrogações na vigência do contrato principal deverão ser incorporadas à apólice, acrescendo-se sempre, à vigência da apólice, prazo de 90 (noventa) dias além da vigência do contrato, mediante endosso da seguradora.

**14.38 INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO**

14.38.1 A eventual inadimplência do(a) SEGURADO/**CONTRATADA** em relação ao pagamento do prêmio não interfere na garantia prestada (Art. 97, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021). Ocorrendo o sinistro, a seguradora se encontrará obrigada perante a Administração, nos termos da apólice, independentemente de qualquer exceção oponível em face do(a) SEGURADO/**CONTRATADA**.

14.38.2 A presente Cláusula tem por objeto a prestação de seguro-garantia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os Artigos 96 e 102, com a finalidade de garantir ao **CONTRATANTE** o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** no contrato administrativo em questão para executar a construção de muro nas instalações da sede unificada pertencente ao Município de Manoel Urbano Estado do Acre.

**14.39 CLÁUSULA DE RETOMADA:**

14.39.1 Segundo o Art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia o edital poderá prever a faculdade de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo **CONTRATADO**, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.

14.39.2 A Seguradora se reserva o direito de exercer a cláusula de *step-in*, nos termos do Art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a **CONTRATADA** não inicie ou não conclua a obra ou serviço no prazo e com as condições previstas no contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INTERVENIENTE ANUENTE**

15.1 A contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, conforme Art. 102, da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, razão pela qual a Seguradora deverá firmar o presente contrato, inclusive os aditivos, como INTERVENIENTE ANUENTE e poderá:

- b) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- c) Acompanhar a execução do contrato principal;
- d) Ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- e) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra;



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

15.2 A emissão de empenho em nome da INTERVENIENTE ANUENTE, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

15.3 A INTERVENIENTE ANUENTE poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente, hipótese em que tanto a INTERVENIENTE ANUENTE, quanto a empresa **CONTRATADA** estarão obrigadas à observância e cumprimento do disposto na Cláusula Décima Terceira do presente contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na hipótese de inadimplemento da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes disposições:

15.4 Caso a INTERVENIENTE ANUENTE execute e conclua o objeto do contrato, estará

15.5 Isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

15.6 Caso a INTERVENIENTE ANUENTE não assuma a execução do contrato, pagará, ao **CONTRATANTE**, a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO REAJUSTE**

16.1 Os preços inicialmente **CONTRATADOS** são fixos no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado da Administração.

16.2 Após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços iniciais poderão ser reajustados;

16.3 Os preços acompanharão a variação da tabela SINAPI e/ou SBC, mantendo-se inalterado o percentual de desconto fixado na proposta;

16.4 Os valores **CONTRATADOS** poderão ser reajustados, tendo como limite máximo a variação acumulada dos últimos 12 meses do Índice INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna), com data base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração, devendo ser observado o interregno mínimo de um ano (Art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021/2021).

16.5 O reajuste poderá ser dividido em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizado em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

16.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

16.7 A data do orçamento estimado da Administração, será considerada para todos os fins, como o mês em que foi produzido o referido orçamento, ou seja, não deverá ser utilizado o cálculo *pró-rata*, mas sim o mês cheio.

16.8 Os valores **CONTRATADOS** poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, devidamente comprovados, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto no Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.9 Os reajustes a que a **CONTRATADA** fazer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 A empresa licitante que incorrer em irregularidades, ficará sujeita ao contido no



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções administrativas, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 Sem prejuízo das sanções previstas no edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no Inciso IV, do Art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.3 **Multa Moratória**, no valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato, aplicada quando houver atraso na obrigação, atraso no pagamento de valores instituídos no contrato, além da aplicação de juros e correção monetária.

17.4 **Multa Compensatórias**: no valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento parcial ou total do contrato, substituindo perdas e danos.

17.5 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS IMPEDIMENTOS**

18.1 É vedada a participação de pessoa jurídica cujo sócio, proprietário ou acionista, ou no caso da pessoa física em si mesma, seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento deste Município, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão de obra que se enquadre na situação citada acima.

### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

19.1 A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da **CONTRATADA** assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescisão nos termos do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021/2021, bem como nos casos citados nos Arts. 138 e 139 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.2 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

19.3 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.4 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.5 Indenizações e multas.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANTICORRUPÇÃO**

20. Para execução do presente contrato o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão observar o disposto na Lei 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº. 8.420/2015.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica vedado as partes signatárias deste contrato oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

21.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados





PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

21.2 Para efeitos legais, o Município de Manoel Urbano Estado do Acre – PMMU-AC, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à **CONTRATADA** para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a **CONTRATADA** será a Controladora destes.

21.3 O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à **CONTRATADA**, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

21.4 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da PMMU-AC, com a responsabilização da **CONTRATADA** na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

21.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade da PMMU-AC, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.

21.6 A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela **CONTRATADA** após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

21.7 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;

21.8 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

21.9 Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

21.10 A **CONTRATADA** cooperará com a PMMU-AC no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.

21.11 O Encarregado de dados indicado pela **CONTRATADA** manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pela PMMU-AC, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

21.12 Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à **CONTRATADA**, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável na PMMU-AC para que decida previamente sobre a questão.





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-AC**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

21.13 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

22.1 O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial do Estado do Acre, e no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, nos termos do Art. 174 da Lei Federal n. 14.133/2021, considerando a implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantir a ampla publicidade.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

23.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

24.1 O foro do presente contrato será o da Comarca de Manoel Urbano Estado do Acre, para dirimir e resolver qualquer questão oriunda do presente instrumento. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes por meio de assinatura eletrônica.

Manoel Urbano Estado do Acre, em ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Município de Manoel Urbano/Prefeitura Municipal/Sec.  
Mun. de Saúde  
CNPJ/MF. 04.051.207/0001-46  
Raimundo Toscano Velozo  
Prefeito de Manoel Urbano-AC  
CPF/MF. nº 339.415.562-15  
Contratante

\_\_\_\_\_  
CNPJ/MF nº .....  
Insc. Est. nº .....  
CPF/MF nº .....  
Representante Legal Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª.....  
CPF/MF. nº .....

2ª.....  
CPF/MF. nº .....



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/ 2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	REGIME DE EXECUÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de Construção de Escola em Tempo Integral, zona urbana / FNDE – Escola 9 Salas – CONV N° 964219/2024, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Projeto Básico, Memorial descritivo dos serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos no município de Manoel Urbano.	360	Empreitada por preço global		

Manoel Urbano Estado do Acre, em ..... de ..... de 2026.

Município de Manoel Urbano/Prefeitura Municipal/Sec.  
Mun. de Saúde  
CNPJ/MF. 04.051.207/0001-46  
Raimundo Toscano Vellozo  
Prefeito de Manoel Urbano-AC  
CPF/MF. nº 339.415.562-15  
Contratante

.....  
CNPJ/MF nº .....  
Insc. Est. nº .....  
.....  
CPF/MF nº .....  
Representante Legal Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1ª.....  
CPF/MF. nº .....

2ª.....  
CPF/MF. nº .....



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO V**

**RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA E DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO**

À Comissão Permanente de Contratação –  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
1	Engenheiro Civil, ou Arquiteto e Urbanista ou Técnico Equivalente (Nome Completo, Profissão e Registro ...)	01
2	XXXX	XXXX

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

**DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ (Profissão) Registro \_\_\_\_\_ autorizo  
minha inclusão na equipe técnica.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Profissional

Nota: A apresentação da relação de equipe técnica e da declaração de inclusão é obrigatória e deverá fazer parte da documentação, conforme dispõe o inciso III do art. 67º da Lei nº 14.133, de 2021.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

## **ANEXO VI**

### **RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS**

À Comissão Permanente de Contratação –  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

- RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
1		
2		

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa





PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-  
EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

À Comissão Permanente de Contratação –  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa) CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ situada na Rua(Av.) \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, **realizou visita técnica** por seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_ (nome, função e titularidade), portador da célula de identidade nº \_\_\_\_\_,  
SSP/\_\_\_\_\_, com CPF/MF nº \_\_\_\_\_, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

OU

\_\_\_\_\_ (nome da empresa) CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ situada na Rua(Av.) \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, **declinou da visita técnica**, e que neste caso, tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, sob as penalidades da lei.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À Comissão Permanente de Contratação  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_\_, CNPJ nº\_\_\_\_\_, sediada em (endereço completo)\_\_\_\_\_, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e suas alterações, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

- ( ) Microempresa - ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.  
( ) Empresa de Pequeno Porte - EPP - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO IX**

**ACERVO TECNICO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**ACERVO TÉCNICO PARA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS QUE TÊM INTERESSE EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026.**

Segue o Acervo Técnico que deverá ser exigido em edital de licitação para Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de engenharia para execução de obras de construção de Creche/Escola de Educação Infantil – FNDE – Creche Tipo 1, no Município de Manoel Urbano, vinculada ao Convênio nº 958946/2024.

Para tanto, deve-se considerar o disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. (grifado)

Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, os serviços a serem exigidos deverão ser:

1	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	KG
2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3
3	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	M2
4	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3
5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG
6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2
7	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3
8	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M
9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGA BALDRAME COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS	M
10	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2
11	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	M2
12	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2

**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

Para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional, os serviços a serem exigidos deverão ser os seguintes:

ITEM	SERVIÇO	UND	QUANT
1	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	KG	9.503
2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	45
3	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM AÇO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NÃO INCLUI ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NÚCLEO EM POLIISOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	M2	720
4	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPa, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	14,80
5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	286
6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	836
7	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPa, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	3,50
8	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	61
9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGA BALDRAME COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS	M	100
10	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2	236
11	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	M2	206
12	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	1413

### Observações importantes

Os itens 3 ao 13 não possuem valores significativos, todavia, são serviços relevantes, conforme é explicado nas justificativas a seguir:

#### ITEM 3 – Telha Termoisolante de Aço Galvalume com Núcleo PIR (50 mm)

A telha termoacústica especificada é indispensável para garantir o conforto térmico da edificação, reduzindo significativamente a transferência de calor e proporcionando ambiente estável e adequado ao uso educacional. O núcleo em poliisocianurato (PIR) de 50 mm assegura elevado desempenho térmico, enquanto o aço galvalume pré-pintado confere durabilidade, resistência à corrosão e boa aparência final.

#### ITEM 4 – Concretagem de Pilares (FCK 25 MPa)

Os pilares constituem elementos estruturais essenciais para a estabilidade da edificação. A concretagem permite qualidade e homogeneidade no lançamento, garantindo adequada resistência mecânica conforme FCK 25 MPa. Tal procedimento atende aos critérios estruturais e evita patologias decorrentes de falhas de adensamento ou segregação.

#### ITEM 5 – Armação de Pilar ou Viga com Aço CA-50 (10 mm)

A armadura de aço CA-50 confere resistência à tração e ductilidade aos elementos estruturais, sendo fundamental para suportar esforços provenientes de cargas verticais e horizontais. A montagem correta da armação assegura o posicionamento adequado durante a concretagem e a conformidade com as especificações estruturais e normativas.





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026**

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

**ITEM 6 – Montagem e Desmontagem de Fôrmas para Pilares em Compensado Plastificado**

As fôrmas são componentes temporários indispensáveis para moldar os elementos estruturais de concreto. O uso de compensado plastificado proporciona regularidade dimensional, acabamento de qualidade e maior número de reutilizações, reduzindo desperdícios e custos. A correta montagem evita deformações, vazamentos e imperfeições no elemento final.

**ITEM 7 – Concretagem de Vigas e Lajes (FCK 25 MPa) com Uso de Bomba**

As vigas e lajes compõem o sistema estrutural horizontal responsável pela distribuição de cargas e pela rigidez global da edificação. A especificação de concreto FCK 25 MPa garante segurança, e o uso de bomba de concreto assegura precisão no lançamento, contribuindo para a integridade estrutural e prevenção de falhas como vazios e fissuras.

**ITEM 8 – Contraverga Pré-Moldada para Vãos Maiores que 1,5 m**

A contraverga é elemento necessário para redistribuição de cargas nos vãos de portas e janelas, evitando fissuras e deformações nas alvenarias. A opção por elemento pré-moldado assegura precisão dimensional, maior resistência e padronização, contribuindo para a durabilidade do sistema de vedação.

**ITEM 9 – Impermeabilização de Viga Baldrame com Emulsão Asfáltica (2 Demãos)**

A impermeabilização do baldrame é procedimento obrigatório para evitar a ascensão capilar de umidade proveniente do solo. A aplicação de emulsão asfáltica em duas demãos protege a estrutura de agentes agressivos, evita patologias como mofo e eflorescência e preserva o desempenho dos revestimentos e alvenarias.

**ITEM 10 – Forro em Drywall com Estrutura Bidirecional**

O sistema de forro em drywall atende às exigências de acabamento, ocultação de instalações e desempenho acústico. A estrutura bidirecional garante maior rigidez, reduz risco de fissuras e favorece a instalação de luminárias, equipamentos e demais componentes, além de permitir futuras manutenções com facilidade.

**ITEM 11 – Piso em Granilite/Granitina (8 mm)**

O revestimento em granilite proporciona elevada resistência mecânica, durabilidade e baixa absorção de líquidos, sendo adequado para ambientes de circulação intensa. O processo de polimento e estucamento resulta em acabamento contínuo, higiênico e de fácil manutenção, atendendo às necessidades funcionais de edificações públicas.

**ITEM 12 – Emassamento com Massa Látex (Duas Demãos)**

O emassamento nas paredes é fundamental para corrigir imperfeições e preparar a superfície para receber pintura, garantindo maior aderência e acabamento uniforme. A aplicação em duas demãos, seguida de lixamento, assegura qualidade estética e durabilidade ao revestimento final.

**Considerações Finais**

A apresentação dos acervos técnicos pelas empresas participantes é de suma importância para assegurar que os serviços listados neste edital sejam executados com a qualidade, precisão e segurança exigidas. Os itens aqui descritos envolvem etapas estruturais, funcionais e de acabamento que demandam experiência comprovada, equipe capacitada e domínio técnico das metodologias construtivas. Dessa forma, o acervo apresentado pelas licitantes permitirá verificar sua aptidão para realizar serviços semelhantes, garantindo a correta execução da obra, a durabilidade da edificação e o atendimento integral às normas vigentes, assegurando, assim, a plena confiabilidade do processo licitatório e a proteção do interesse público.



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO CPC/PMMU-  
EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026

CPC/PMMU-AC  
Pro: 004/2026  
Folha: \_\_\_\_\_  
Assinatura

## ANEXO X

### TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA INFORMAÇÃO

DADOS DO DECLARANTE	
NOME:	
NÚMERO DO CPF:	
DATA DE NASCIMENTO:	
ENDEREÇO PROFISSIONAL:	
E-MAIL PESSOAL:	
CARGO / FUNÇÃO:	
TELEFONE FUNCIONAL e CELULAR (DDD + nº):	
DESCRIÇÃO DE ACESSO:	SIGILOSO - Informações que possam constituir privilégio relacionadas às atribuições referentes à contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da alínea "n", do inciso VI, do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993
NACIONALIDADE:	

Eu, usuário(a) acima qualificado, pelo presente instrumento, **assumo o compromisso de manter a responsabilidade, a confidencialidade e o sigilo** em relação às informações as quais poderei ter acesso em razão de minhas atribuições e comprometo-me a:

- Não utilizar as informações a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros; e a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio;
- Estar ciente de que o uso das informações está limitado às finalidades e destinações alegadas neste Termo e de que posso vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida das informações;
- Estar ciente também de que o Município poderá utilizar-se de meios para monitoramento das informações que permitam verificar o cumprimento da confidencialidade;
- Não me apropriar em hipótese alguma de documentação de material confidencial, efetuar gravação ou cópia a que tiver acesso, para benefício próprio ou de terceiros.

**Declaro**, ainda, sob pena das sanções cabíveis, que **tenho conhecimento e assumo a responsabilidade** por:

- Não utilizar ou divulgar em parte ou na totalidade as informações de propriedade ou custodiadas, sob qualquer forma de armazenamento, sem autorização prévia do gestor ou responsável pela informação;
- Contribuir para assegurar as propriedades de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;
- Responder, perante o Município, pelo uso indevido das minhas credenciais ou contas de acesso e dos ativos de informação;
- Manter meus dados pessoais sempre atualizado ao junto ao Município.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa